



MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

---

## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Ata n.º 06/2017**

**Data da Sessão Extraordinária**

17 de novembro de 2017

**Início**

20:30 horas

**Termo**

22:32 horas



Aos dezassete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte horas e trinta minutos na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo 21178, datado de 08 de novembro de 2017, tendo comparecido os Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, António Manuel dos Santos Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Maria do Rosário da Costa Martins, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Carlos Alberto Dias, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique e José Manuel Ricardo.-----

Também esteve presente para prestar esclarecimentos técnicos, Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Municipal Administrativa e Financeira. -----

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, 1.ª Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, 2.ª Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério. -----

#### **ABERTURA** -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, tendo cumprimentado todos os presentes e desejado a todos um bom mandato.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, não havendo faltas iriam dispensar a segunda chamada.-----

#### **ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, muito embora não fosse obrigatório, que iria ser feita a leitura do edital que convocou a sessão extraordinária, bem como a aprovação da ordem de trabalhos. A primeira secretária procedeu à leitura do Edital que convocou a presente sessão extraordinária, com a respetiva ordem de trabalhos.-----

#### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

- 1- Período reservado à intervenção do público;-----
- 2- Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Política Fiscal para o ano de 2018 - Fixação de Taxa de IMI, Derrama, IRS e TMDP;-----
- 3- Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de delegação da autorização de compromissos plurianuais;-----



- 4- Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de nomeação do Auditor Externo do Município de Constância;-----
- 5- Análise, discussão e eventual aprovação da ratificação dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre o dia das eleições autárquicas e a sessão da Assembleia Municipal;-----
- 6- Aditamento a contrato de crédito a médio/longo prazo relativo ao financiamento do centro escolar de Montalvo e investimentos conexos – Para conhecimento;-----
- 7- Eleição do representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Constância na Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----
- 8- Eleição de um representante do Município para integrar o Conselho da Comunidade – ACES do Médio Tejo;-----
- 9- Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal de Constância na Assembleia Intermunicipal de CIMT;-----
- 10- Eleição de três cidadãos de reconhecida idoneidade a integrar o Conselho Municipal de Segurança;-----
- 11- Designação de quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos e capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, para integrar a comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Constância;
- 12- Designação de uma representante das Juntas de Freguesia do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação;-----
- 13- Designação de um representante das Juntas de Freguesia do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta;-----
- 14- Designação de elementos representantes de cada força política com assento na Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, submeteu a ordem de trabalhos à aprovação dos Deputados Municipais, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.----

**ORDEM DE TRABALHOS** -----

**PONTO UM:** Período reservado à intervenção do Público.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao público presente se queriam intervir, ao que responderam afirmativamente os cidadãos: Senhor Carlos Lopes de Montalvo – Centro Escolar de Montalvo e Taxas Municipais; Senhor Luís Gonçalves de Constância – Estacionamento na Praça Alexandre Herculano e a Senhora Inês Coutinho – Vários assuntos relacionados com Constância.-----



O Senhor Virgílio André da Portela interpelou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para perguntar se numa sessão extraordinária havia intervenção do público ao que o mesmo respondeu que sim.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que o período de intervenção do público teria o tempo limite de trinta minutos, assim, uma vez que eram três intervenções, teriam no máximo dez minutos cada.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Carlos Lopes, de Montalvo.-----

O Senhor Carlos Lopes de Montalvo, referiu que a primeira questão, era sobre o Centro Escolar de Montalvo, todos sabem que é uma obra que tem tido mais recuos que avanços, e no ano que até houve eleições foi matéria de propaganda eleitoral, criou-se a ilusão de que seria aberto este ano, mas estando quase no fim do ano, não se vislumbra a sua abertura, pelo que gostaria de ser esclarecido, qual a data efetiva para a abertura do Centro Escolar de Montalvo. Se o mesmo vai abrir com ou sem acessos e se esses acessos são da responsabilidade do Município, do empreiteiro ou da entidade promotora.-----

A segunda pergunta tinha a ver com as taxas municipais, que como todos nós sabemos as taxas foram criadas pela Lei 53-E/2006 de 29 de Dezembro, e segundo o legislador no artigo 5.º, n.º 1, as taxas visam a satisfação das necessidades financeiras das Autarquias, nomeadamente para a requalificação urbanística e ambiental, sendo que por vezes essas taxas de valor elevado para alguns, cria uma discriminação na diferença em relação a outros Municípios, uma vez que não entra receita, não entrando essa receita vem penalizar os cofres da autarquia e beneficiar o isentado.-----

Ora, como em direito o costume é lei, pergunta se esse tipo de práticas vai ser continuado ou vai ser retificado por este novo executivo municipal.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o centro escolar de Montalvo, é uma obra que a população de Montalvo anseia por ver em funcionamento, e este Executivo Municipal entendeu que não o deverá abrir sem estarem um conjunto de condições asseguradas, nomeadamente, as acessibilidades concluídas e o apetrechamento do Centro Escolar. Neste momento decidimos que o Centro Escolar de Montalvo, só abrirá no próximo ano letivo. Quanto à empreitada em si, tudo aponta que fique concluída no final do mês de novembro, pelo menos são as informações dos técnicos que acompanham a obra, por outro lado, não podemos abrir o Centro Escolar sem o apetrechamento do mesmo, temos que lançar concurso público que não está nos procedimentos da contratação pública e que vai ser lançado para esse efeito, tal como temos que o fazer para a questão das acessibilidades.-----



Assim, o Centro Escolar não abrirá sem que tenha as acessibilidades feitas que são da responsabilidade do Município, por forma a garantir a segurança das nossas crianças que é o principal objetivo. Mesmo que o Centro Escolar fique concluído em Janeiro ou Fevereiro, entendemos que para as crianças não é pedagogicamente aceitável que a meio do ano letivo façam uma mudança dessa natureza.-----

Relativamente à segunda questão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os impostos e taxas que são em benefício dos municípios, parte dessas isenções são automáticas não passam pela Câmara Municipal ou pela Assembleia Municipal para isentar, são da legislação geral, e nós enquanto Município pouca intervenção temos.-----

O Senhor Carlos Lopes intervêm, e afirma que de acordo com a Lei, elas obrigatoriamente têm que ir à Assembleia Municipal para isentar, sendo assim, ela é isenta pela Assembleia Municipal e por maioria, logo, quando estamos a fazer um empreendimento existe uma variedade de taxas da sequência das obras, e cada vez que são isentas, começa a haver uma discriminação e um empobrecimento do Município, para enriquecimento do isentado, prejudicando a receita do Município.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu ter entendido a questão do Senhor Carlos Lopes, informando que foi iniciado no anterior mandato da Presidente Júlia Amorim, a elaboração de um Regulamento de Apoio ao Investidor, que irá efetivamente criar um instrumento, que é importante para não haver essas discriminações, caso um empresário ou um investidor que esteja interessado em investir no nosso Concelho e a criar postos de trabalho, saiba de antemão quais as condições que o Município oferece, para que efetivamente haja um princípio de igualdade para todos.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Luís Gonçalves de Constância.-----

O Senhor Luís Gonçalves referiu as dificuldades que os residentes do Centro Histórico sentem para estacionar as suas viaturas aos fins-de-semana e feriados, porque efetivamente o volume de visitantes e turistas aumenta e ainda bem para todos nós, mas de qualquer das formas veio manifestar essa preocupação. Acha que as pessoas até estariam disponíveis para pagar uma taxa simbólica anual para que fosse construída uma zona para estacionamento exclusivo aos residentes.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que com tão pouco tempo à frente dos destinos da Câmara Municipal, esta situação ainda não foi analisada com a atenção que é devida, o que pode afirmar é que tomou nota deste assunto e que irão analisar, e caso seja necessário ouvirão os moradores e empresários da zona histórica para em conjunto encontrarem uma solução.-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à senhora Inês Coutinho.----

A Senhora Inês Coutinho referiu que o principal motivo, que quer ver esclarecido é a limpeza das ruas, embora já em algumas delas se note limpeza, contudo a varredoura elétrica nos últimos tempos não tem aparecido, a qual poderia ser uma mais-valia para a limpeza das ruas. Também pretendia salientar outro aspeto que é por vezes os funcionários não estarem devidamente identificados, uma sugestão seria usarem uma farda ou um colete, algo que os pudesse identificar enquanto operacionais da Câmara, também muitas vezes os funcionários vão ao café, tratam de assuntos pessoais no Banco ou no Centro de Saúde, o que não está bem, pois devem cumprir o horário de trabalho.-----

Outra questão também em relação às ruas é que o jardim dos correios sofreu uma melhoria, mas a escolha da flora não foi a mais apelativa para quem passa, também a zona ribeirinha deveria estar mais cuidada, pois é o cartão-de-visita. Temos ainda a zona do Campo de Ténis que está completamente degradada, deveria ser mais trabalhada e aproveitar o Campo de Ténis, para umas aulas de Ténis, porque assim temos a obra mas não temos proveito.-----

Outra questão é o ginásio ao ar livre junto aos prédios, porque tem passado por lá durante as tardes e verifica um público desajustado a usufruir do ginásio, nomeadamente jovens que saem da escola e tendem a exceder-se um pouco, pelo que sugere que se faça uma campanha de sensibilização junto da escola para o uso correto do equipamento.-----

Por último, a Biblioteca Municipal, em que o seu horário deveria ser alterado, com abertura às nove horas e encerramento pelas dezanove, uma vez que as pessoas que trabalham não conseguem ir à biblioteca com o horário atual, e, ainda a possibilidade de a Biblioteca abrir pelo menos um sábado por mês, com uma temática de ateliers para a família e para as crianças.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu as questões e sugestões que colocou. Quanto à limpeza das ruas efetivamente, não pode ficar satisfeito com o estado em que as ruas da Vila estão atualmente, têm tido melhorias significativas e aqui não pode deixar de louvar o empenho dos trabalhadores da Autarquia, efetivamente o Município tem falta de pessoal na rua, isso é um dado adquirido, existe um processo de recrutamento iniciado no mandato anterior e em fase terminal e com isso contamos colocar mais pessoas. Porque a Vila é o nosso postal de visitas, tem que estar sempre limpa, não só para quem nos visita mas também para os residentes.-----

Tínhamos um equipamento que nos facilitava a limpeza não só na vila, como nas outras freguesias do Concelho, esse equipamento encontra-se avariado, uma vez que o anterior executivo com as eleições entrou em gestão corrente, o que atrasou a reparação, neste



momento o processo burocrático com vista à reparação está concluído e aguardamos que a empresa proceda à sua reparação.-----

Relativamente à zona ribeirinha, e também à falta de jardineiros, pois não temos a equipa completa, existe uma equipa de jardineiros na margem sul do concelho (Santa Margarida) e outra equipa na margem norte, que tratam dos jardins da vila e ainda dois em Montalvo, nesse sentido o executivo municipal decidiu contratar uma empresa externa especializada na área para proceder à limpeza, ao corte da relva e ao aparamento das árvores.-----

Relativamente às outras questões que levantou nomeadamente ao facto de os funcionários andarem na rua sem identificação, já foi um assunto ponderado pelo executivo municipal, sendo o nosso objetivo que os funcionários passem a andar identificados.-----

Também digo sem qualquer medo que não foi proibido os funcionários irem beber um café, pois têm esse direito, foi-lhes pedido é que fossem responsáveis e não fizessem sala.-----

Quanto aos jardins dos correios existe o problema das plantas existentes, quanto ao ginásio de ar livre no Chão da Feira, aceito a sugestão de uma ação de sensibilização, o que não sei se terá resultados práticos mas não podemos cruzar os braços.-----

A questão da Biblioteca é um espaço interativo e de criatividade e deve ser um espaço de cultura e uma fonte de conhecimento, já ponderamos a situação que a Inês referiu, mas em tão pouco tempo de funções não conseguimos chegar a todo o lado e resolver tudo.---

Quanto ao campo de ténis este ficou danificado na última cheia, sendo que o piso não está adequado para a prática de ténis, pelo que deverá ser uma zona intervencionada. Como as dificuldades financeiras subsistem e como não temos um Município rico, temos que definir prioridades com os fracos recursos financeiros que temos ao nosso dispor.-----

O senhor Presidente da Assembleia referiu que não havendo mais intervenções do público, passariam para o segundo ponto da ordem de trabalhos.-----

**PONTO DOIS:** Análise, discussão e eventual aprovação da Proposta de Política Fiscal para o ano de 2018 – fixação da taxa de IMI, Derrama, IRS e TMDP;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fizesse uma pequena introdução sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que a decisão do executivo municipal foi de manter as taxas anteriormente em vigor, quer do IMI, Derrama, IRS e TMDP, porque devido às urgências que têm nas reparações das infraestruturas do concelho, e também é um facto de desconhecer qual o impacto do descongelamento das carreiras da função pública no próximo ano no orçamento municipal, entendemos que era prudente e uma atitude responsável, manter as taxas atualmente em vigor, em que no próximo ano se tivermos margem para efetivamente baixar impostos, assim o faremos. Mais informa a



Assembleia que não houve qualquer tipo de promessa de baixa de impostos e retirar qualquer conclusão do slogan da candidatura, em que estava neste slogan implícito uma baixa de impostos, é uma interpretação abusiva e a qual não aceita, e que é uma proposta assente na responsabilidade, e na prudência, não entrando em populismos, nem em medidas de facilitismo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém das forças políticas ali representadas pretendiam intervir.-----

Não havendo intervenções passaram à votação.-----

A proposta de fixação da taxa de IMI de 0,37% a aplicar em 2018, foi aprovada por unanimidade.-----

A proposta de redução da taxa em função do número de dependentes que integram o agregado familiar foi aprovada por unanimidade.-----

A proposta da taxa de Derrama de 1.5% a aplicar em 2018, foi aprovada por unanimidade.-

A proposta da taxa de IRS de 5% a aplicar em 2018, foi aprovada por unanimidade.-----

A proposta da taxa de TMDP de 0,25% a aplicar em 2018, foi aprovada por unanimidade.-

A Bancada da CDU apresentou uma declaração de voto: “As dificuldades de gerar receitas, essencialmente em pequenos Concelhos como é o caso do nosso, sempre mereceram da parte da CDU uma atenção redobrada de forma a ser possível uma gestão equilibrada de forma a dar resposta a problemas prementes das populações.-----

Ao longo dos anos sempre os eleitos da CDU defenderam em todos os Órgãos Locais e Nacionais, onde são eleitos, o cumprimento integral da Lei de Finanças Locais que, lamentavelmente nunca foi cumprida.-----

Conscientes da necessidade de meios financeiros necessários a uma gestão equilibrada da autarquia e da coerência mantida ao longo dos anos na gestão financeira do município não podem os eleitos da CDU deixar de votar favoravelmente a proposta de fixação dos valores do IMI, Derrama, IRS e TMDP fazendo votos para que as verbas recolhidas sejam o melhor administradas possível em benefício de todos os munícipes.” -----

**PONTO TRÊS:** Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de delegação da autorização de compromissos plurianuais;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fizesse uma introdução sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que é uma proposta de delegação de competências para autorização de compromissos plurianuais. A autorização para compromissos plurianuais como o caso de um contrato ou a aquisição de um bem ultrapasse o ano civil teria que vir à Assembleia Municipal a sua adjudicação, entendemos



por bem que é uma competência que deverá ser delegada no Presidente da Câmara Municipal, por uma questão de celeridade do processo.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém das forças políticas ali representadas pretendiam intervir.-----

Não havendo intervenções passaram à votação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO QUATRO:** Análise, discussão e eventual aprovação da proposta de nomeação do auditor externo do município de constância;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fizesse uma introdução sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o Regime Jurídico das Autarquias locais exige que o Município tenha um Revisor Oficial de Contas para a validação das contas e para a certificação das contas do Município.-----

Depois de uma análise do anterior Revisor Oficial de Contas com a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira Dra. Marisa Figueiredo, o que nos foi transmitido é que efetivamente não havia necessidade de mudar porque se trata de uma empresa da região e que funciona bem, neste sentido não havia necessidade de mudar o Revisor Oficial de Contas.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém das forças políticas ali representadas pretendiam intervir.-----

O Senhor Deputado Municipal Rogério Paulo de Sousa Palácio, da CDU, referiu que não obstante o Senhor Presidente da Câmara Municipal referir que o trabalho desta empresa tem agradado ao município e com provas dadas, ficaria muito mais satisfeito, com uma política de transparência e uma eventual melhoria se fosse feita uma consulta de mercado, rápida sem processos burocráticos, tanto para esta adjudicação em concreto como para todas as outras adjudicações sem consultas, pelo que, seria uma mudança muito positiva, que aplaudiria.-----

A Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, do MIC, informou que ao pesquisar a empresa de consultadoria verificou que existia Rosa Lopes Gonçalves Mendes e não Gonçalo Mendes como vinha na proposta.-----

Não havendo intervenções passaram à votação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO CINCO:** Análise, discussão e eventual aprovação da ratificação dos compromissos plurianuais assumidos no período compreendido entre o dia das eleições autárquicas e a sessão da Assembleia Municipal;-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fizesse uma introdução sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente, informou a Assembleia Municipal que existia uma delegação de competências na anterior Presidente de Câmara, para a assunção de compromissos plurianuais. Com a realização de eleições, entre a data das eleições, dia um de outubro e a tomada de posse do novo executivo municipal, a delegação de competências que existia caiu no dia das eleições, sendo necessário efetuar um reforço do compromisso plurianual. Esta proposta refere-se ao transporte escolar da Rodoviária do Tejo. Foi necessário fazer este compromisso para ratificar a assunção do mesmo que foi feito nas semanas que antecederam as eleições e a tomada de posse do novo executivo municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém das forças políticas ali representadas pretendiam intervir.-----

Não havendo intervenções passaram à votação.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO SEIS:** Aditamento a contrato de crédito a médio/longo prazo relativo ao financiamento do centro escolar de Montalvo e investimentos conexos – para conhecimento;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fizesse uma introdução sobre este ponto.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que, como todos sabem, todos os contratos de crédito que o Município fizer têm que ser visados pelo Tribunal de Contas, assim, o processo foi enviado e o Tribunal de Contas levantou um conjunto de questões, entre as quais o investimento do crédito contraído não densificar o tipo de investimento a ser feito, e sugeriu a realização de uma adenda que densifique os pontos do investimento a realizar e a sua tipologia, o que não é mais que dar seguimento a uma sugestão do Tribunal de Contas, para que este processo receba efetivamente o visto, e seja finalizado.-

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém das forças políticas ali representadas pretendiam intervir.-----

Não havendo intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**PONTO SETE:** Eleição do representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Constância na Associação Nacional de Municípios Portugueses;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou às Bancadas com assento na Assembleia Municipal se tinham alguma proposta para apresentar.-----

A Bancada do MIC e a Bancada da CDU, informaram que não tinham qualquer proposta para apresentar.-----



A Bancada do Partido Socialista apresentou uma proposta: Efetivo, Presidente da Junta de Freguesia de Constância, Senhor José Manuel Sequeira da Rita, suplente, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo.-----

Procedeu-se à votação, através de voto secreto.-----

O resultado da votação foi de seis votos em branco e doze votos sim.-----

Foi eleita por maioria, a lista apresentada pelo Partido Socialista, para representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Constância na Associação Nacional de Municípios Portugueses, como efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Constância, Senhor José Manuel Sequeira da Rita e como suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo.-----

**PONTO OITO:** Eleição de um representante do município para integrar o Conselho da Comunidade – ACES do Médio Tejo;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou às Bancadas com assento na Assembleia Municipal se tinham alguma proposta para apresentar.-----

A Bancada da CDU apresentou para representante do município, o Deputado Municipal Senhor Rogério Paulo de Sousa Palácio, licenciado em enfermagem, e especializado em saúde mental e psiquiátrica, mestre de comunicação em Saúde e doutorando em sustentabilidade e desenvolvimento.-----

A Bancada do Partido Socialista apresentou para representante do município, o Deputado Municipal Senhor Natércio Francisco Canelhas Candeias.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que iriam proceder à votação, em que vai estabelecer se assim o entenderem, de que, quem vota no Deputado Municipal Senhor Natércio Francisco Canelhas Candeias, vota na Lista A e quem vota no Deputado Municipal, Senhor Rogério Paulo de Sousa Palácio, vota na Lista B.-----

Procedeu-se à votação, através de voto secreto.-----

O resultado da votação foi: doze votos na Lista A; cinco votos na Lista B e um voto em Branco.-----

Assim foi eleito por maioria, para integrar o Conselho da Comunidade – ACES do Médio Tejo, o Deputado Municipal Senhor Natércio Francisco Canelhas Candeias.-----

**PONTO NOVE:** Eleição de dois representantes da Assembleia Municipal de Constância na Assembleia intermunicipal da CIMT;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a votação seria através do método de Hondt, assim, perguntou à Bancada do PS se tinham alguma Lista, bem como à Bancada da CDU, tendo as mesmas bancadas confirmado que sim.-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a lista do Partido Socialista seria a Lista A e a da CDU a Lista B.-----

A Bancada do Partido Socialista apresentou como efetivo a Deputada Municipal Senhora Isabel Maria Farinha Albino da Costa e como suplentes os Deputados Municipais Senhores Pedro José Lopes Pereira e Luís Manuel Marques Rodrigues, Lista A.-----

A Bancada da CDU apresentou como efetivo o Deputado Municipal Senhor Rui Manuel Ferreira e como suplente a Deputada Municipal Senhora Maria do Rosário Costa Martins, Lista B.-----

Procedeu-se à votação, através de voto secreto.-----

Da votação resultou nove votos na Lista A, cinco votos na lista B e um voto em branco.----

Assim, foram eleitos os seguintes deputados municipais: Efetivos – A Senhora Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista e o Senhor Rui Manuel Ferreira, da CDU; Suplentes – O Senhor Pedro José Lopes Pereira do Partido Socialista, a Senhora Maria do Rosário Costa Martins, da CDU e o Senhor Luís Manuel Marques Rodrigues do Partido Socialista.-----

**PONTO DEZ:** Eleição de três cidadãos de reconhecida idoneidade a integrar o Conselho Municipal de Segurança;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou às Bancadas com assento na Assembleia Municipal se tinham algum nome para propor para integrar o Conselho Municipal de Segurança.-----

A Deputada Municipal Senhora Carmen Dolores Gomes da Silva, do MIC, indicou o Senhor Carlos Lopes, Ex-Comandante do Posto da GNR deste município e residente em Montalvo.-----

O Deputado Municipal Senhor Rui Manuel Ferreira, da CDU, indicou o Senhor António Manuel dos Santos Mendes.-----

A Deputada Municipal Senhora Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, indicou o Senhor Amílcar Joaquim Avó Dias, residente em Constância.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, sendo consensuais as propostas apresentadas pelas bancadas e se assim o entendessem e estivessem de acordo, não fariam qualquer votação relativamente a este ponto.-----

A Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista propôs que fosse a votação uma lista única com os nomes indicados, para que ficasse devidamente legitimada.-----

Procedeu-se à votação, através de voto secreto.-----



Da eleição resultou dezoito votos a favor. Assim, a nomeação destes cidadãos para integrar o Conselho Municipal de Segurança foi aprovada por unanimidade.-----

**PONTO ONZE:** Designação de quatro cidadãos eleitores, preferencialmente com especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Constância;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou às Bancadas com assento na Assembleia Municipal se tinham alguma proposta para apresentar.-----

A Deputada Municipal Senhora Maria do Rosário Costa Martins, da CDU, referiu que, tendo em conta que estes quatro cidadãos foram eleitos no anterior mandato, gostaria de saber se já perderam o mandato na CPCJ.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu de que perderão o mandato na CPCJ quando forem eleitos outros cidadãos. Aliás vem na ordem de trabalhos e se vem na ordem de trabalhos é porque foi feita alguma reflexão, mas será uma situação que poderá ser analisada, não pretendemos cometer ilegalidades.-----

A Deputada Municipal Senhora Maria do Rosário Costa Martins, da CDU, referiu que os cidadãos são eleitos pela Assembleia Municipal, e por mandato na CPCJ, que é para seis anos, ora, pelo que perguntou se os que foram eleitos já perderam o mandato ou estão para perder.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao executivo se podiam esclarecer esta situação.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que não está devidamente esclarecido sobre a questão, mas se entenderem por bem não submeter este ponto à apreciação da Assembleia Municipal, irão analisar o procedimento e virá de novo à Assembleia Municipal para votação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira se poderia esclarecer esta situação.-----

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira referiu que não dispunha de informação sobre esta matéria, não obstante o que foi agendado e tendo em conta a Lei que sustenta este ponto, verifica-se a composição da comissão alargada. A comissão é composta por quatro cidadãos eleitos pela Assembleia Municipal, atendendo a que, e não conhecendo o Regulamento e a composição efetiva da comissão, leva-me a crer que tendo sido designado pelos anteriores elementos da Assembleia Municipal. Assim, deverá ser feita nova designação.-----



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, se os Senhores Deputados Municipais assim o entendessem, o que seria razoável, retirariam este ponto da ordem de trabalhos, para análise mais detalhada e viria numa próxima sessão.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação a retirada deste ponto da ordem de trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

**PONTO DOZE:** Designação de um representante das Juntas de Freguesia do Concelho para integrar o Conselho Municipal de Educação;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou às Bancadas com assento na Assembleia Municipal se tinham alguma proposta para apresentar.-----

A Bancada do MIC e a Bancada da CDU, informaram que não tinham qualquer nome para apresentar.-----

A Bancada do Partido Socialista apresentou como representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, para efetivo a Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Senhora Ana Luísa Cartaxo Manique e para suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Constância, Senhor José Manuel Sequeira da Rita.-----

Procedeu-se à votação, através de voto secreto.-----

Da votação resultou doze votos sim e seis votos em branco.-----

Foi eleito por maioria, para representante das Juntas de Freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, como efetiva a Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Senhora Ana Luisa Cartaxo Manique e como suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Constância, Senhor José Manuel Sequeira da Rita.-----

**PONTO TREZE:** Designação de um representante das Juntas de Freguesia do Concelho para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta;-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou às Bancadas com assento na Assembleia Municipal se tinham alguma proposta para apresentar.-----

A Bancada do MIC e a Bancada da CDU, informaram que não tinham qualquer nome para apresentar.-----

A Bancada do Partido Socialista apresentou como representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, para efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo e para suplente a Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Senhora Ana Luísa Cartaxo Manique.-----

Procedeu-se à votação, através de voto secreto.-----

Da votação resultou doze votos sim e seis votos em branco.-----



Foi eleito por maioria, para representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta, como efetivo o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo e como suplente a Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo, Senhora Ana Luisa Cartaxo Manique.---

**PONTO CATORZE:** Designação de elementos representantes de cada força política com assento na Assembleia Municipal para integrar a Comissão Municipal de Toponímia;

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou às Bancadas com assento na Assembleia Municipal se tinham algum nome para apresentar.-----

A Bancada do MIC apresentou a Deputada Municipal Senhora Carmen Dolores Gomes da Silva.-----

A Bancada da CDU apresentou a Deputada Municipal Senhora Maria do Rosário Costa Martins.-----

A Bancada do Partido Socialista apresentou a Deputada Municipal Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais, se pretendiam fazer a votação deste ponto, uma vez que são indigitados pela Assembleia Municipal.-----

A Deputada Municipal Senhora Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista referiu que, atendendo a que é designado por cada força política, não tem qualquer objeção a fazer.-----

O Deputado Municipal Senhor Rui Manuel Ferreira, da CDU, informou que existe diferença entre designação e eleição, porque mesmo no presidente de Junta, vem designação e não é designação mas sim eleição, é importante referir eleição, bem como, não só os representantes, como os suplentes, porque nós elegemos os suplentes, mas não está na ordem de trabalhos. Para ficar correto deveria ser eleição do representante e do suplente.-

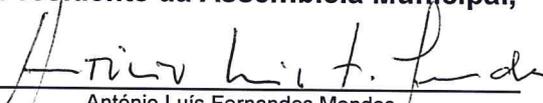
O Senhor Presidente da Câmara Municipal assumiu o erro na ordem de trabalhos e no Edital. Não pretendo que seja o funcionário, a assumir o erro da confusão entre eleição e designação. Pretendo que fique registado que o Presidente de Câmara Municipal assume este erro. Assim, foram designados para integrar a Comissão Municipal de Toponímia, as Deputadas Municipais, Senhora Carmen Dolores Gomes da Silva, do MIC, Senhora Maria do Rosário Costa Martins, da CDU e a Senhora Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, do Partido Socialista.-----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, eram vinte e duas horas e trinta e dois minutos.-----



Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

**O Presidente da Assembleia Municipal,**

  
António Luís Fernandes Mendes

**A 1.ª Secretária**

  
Maria Teresa Braz de Matos Gaspar

**A 2.ª Secretária**

  
Carla Alexandra Pereira Silvério

